

AMOSTRA

Ministério Público do Estado de Goiás

MPGO

REVISÃO 7X



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DO MPMO!

Seja muito bem - vindo!

VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muito tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSERH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.


Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

 contato@memorizaai.com.br

OU

 [clique aqui](#) para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

[clique aqui e saiba como](#)

ENÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **3 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.



BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO

O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS.



BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL

SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

[clique aqui para saber mais!](#)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

ANALISTA EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Ética no Serviço Público e Legislação Aplicada ao Ministério Público
- Noções de Informática
- Conhecimentos Específicos Analista em Engenharia Ambiental e Sanitária

ANALISTA EM EDUCAÇÃO

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Ética no Serviço Público e Legislação Aplicada ao Ministério Público
- Noções de Informática
- Conhecimentos Específicos Analista em Educação

**VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL
QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA
PONTUAÇÃO NESTA RETA FINAL!**

→ clique aqui para conhecer o material completo



CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

memoriza.

DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL III



Quando o verbo inicia a oração ou está no imperativo afirmativo, o pronome oblíquo deve vir depois dele.

ÊNCLISE

A ênclise ocorre quando o pronome oblíquo fica ao final do verbo, ligando-se a ele com hífen. A ênclise acontece quando não há justificativa nem para a próclise, nem para a mesóclise. Portanto, nas seguintes condições:

- ✓ Não houver palavras atraindo o pronome para antes do verbo; e
- ✓ O verbo não estiver conjugado no tempo futuro do modo indicativo.

Veja o seguinte caso:

Apresentou-se ao novo chefe.

Nessa frase, não há palavras atrativas antes do verbo, que também não está conjugado no tempo futuro do modo indicativo. Por isso, o uso de ênclise é aceito.

→ EXEMPLOS DE ÊNCLISE

- **Preparávamo-nos** para a viagem quando choveu.
- **Expresse-se** sem medo na reunião.
- É fundamental **organizarmo-nos** antes de o evento começar.
- A equipe **dedica-se** sempre ao trabalho com entusiasmo.
- Minha irmã **formou-se** em medicina no ano passado.

→ Ênclise em locuções verbais

O pronome pode aparecer após o primeiro verbo (verbo auxiliar) ou após o segundo verbo (verbo principal).

Verbo auxiliar + pronome oblíquo + verbo principal
Devem-nos informar sobre o resultado em breve.

Verbo auxiliar + verbo principal + pronome oblíquo
Devem informar-nos sobre o resultado em breve.

DICA

HIPÔNIMOS

Hipônimos são **palavras que têm um relacionamento de inclusão ou hierarquia com outras palavras**. Isso significa que um hipônimo é **uma palavra cujo significado está contido no significado de outra palavra mais geral**, chamada de hiperônimo.

Em outras palavras, um hipônimo é uma subcategoria ou subconjunto de um hiperônimo.



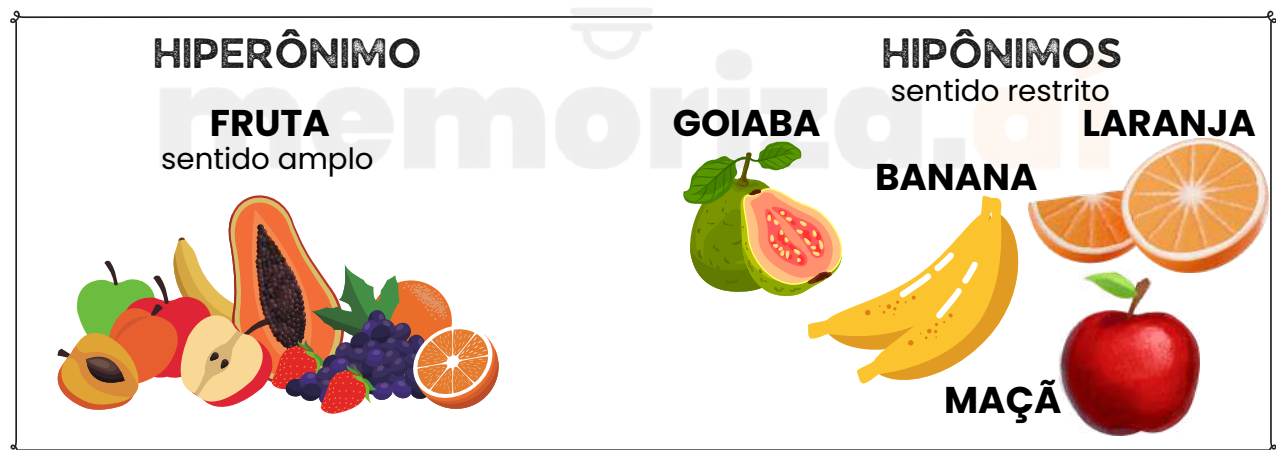
alguns exemplos:



Hiperônimo: Animal - Hipônimos: Cachorro, Gato, Cavalo, Pássaro;



Neste exemplo, **"animal"** é o **hiperônimo** que abrange diversas categorias de animais, e **"cachorro"**, **"gato"**, **"cavalo"** e **"pássaro"** são **hipônimos** que representam subcategorias específicas de animais.



Os hipônimos são uma maneira de organizar e classificar palavras com base em seus relacionamentos semânticos e podem ser úteis para entender como as palavras estão relacionadas e como se encaixam em categorias mais amplas.

DICA

CONCORDÂNCIA VERBAL II

TIPOS DE SUJEITO



1

SUJEITO SIMPLES

Ocorre quando há apenas um núcleo (uma palavra principal) representando o sujeito.

Exemplo: O vizinho está chamando.

Aqui, "vizinho" é o núcleo do sujeito.

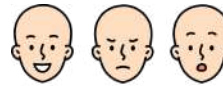
2

SUJEITO COMPOSTO

Acontece quando o sujeito tem dois ou mais núcleos ligados entre si.

Exemplo: Minha mãe e meu irmão amam chocolate.

Os núcleos do sujeito são "mãe" e "irmão".



3

SUJEITO OCULTO (OU DESINENCIAL)

O sujeito não aparece escrito na frase, mas pode ser identificado:

- pelo contexto (quem está falando ou sobre quem se fala);
- ou pela desinência verbal (a terminação do verbo).

Exemplo: Estamos muito felizes com a novidade.

O verbo "estamos" indica que o sujeito é "nós".



4

SUJEITO DETERMINADO

É aquele que pode ser identificado de alguma forma.

Engloba os sujeitos simples, compostos e ocultos.

Exemplo: Carla disse que vai viajar.

O sujeito é "Carla", facilmente reconhecido.

5

SUJEITO INDETERMINADO

Quando não conseguimos identificar o sujeito, nem pelo contexto e nem pela forma verbal.

Geralmente aparece com:

- verbo na 3ª pessoa do singular + "se" (índice de indeterminação);
- ou verbo na 3ª pessoa do plural, sem que se saiba quem praticou a ação.

Exemplo: Vive-se bem aqui. (Não sabemos quem vive).

6

SUJEITO INEXISTENTE

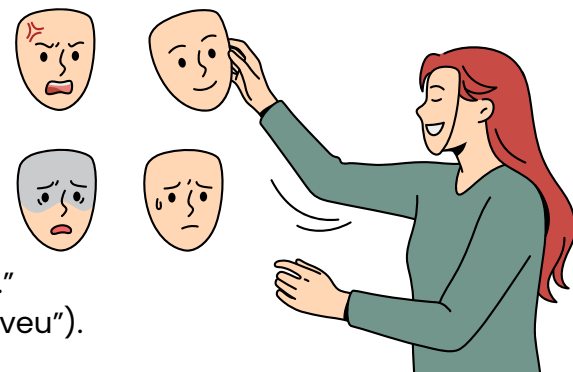
Também chamado de oração sem sujeito.

Ocorre com verbos impessoais, que não têm sujeito.

Principais casos:

- Fenômenos da natureza: chover, nevar, trovejar...
- Tempo decorrido: "Faz dois anos...", "Eram três horas..."
- Verbo haver no sentido de existir: "Há muitas dúvidas."

Exemplo: Choveu a semana toda. (Não existe "quem choveu").



DICA

? USO DA VÍRGULA VI



SEPARAR ORAÇÕES COORDENADAS COM OU SEM CONJUNÇÃO

As orações coordenadas são orações **independentes**, ou seja, **não há relação sintática** entre elas.

Elas são classificadas em dois tipos: orações **coordenadas sindéticas** e orações **coordenadas assindéticas**.



As **orações coordenadas assindéticas** são separadas entre si por meio da vírgula.

Exemplo: *O garoto chegou, guardou seus objetos, debruçou sobre a mesa sem nada dizer.*



As **orações coordenadas sindéticas** separam-se por vírgulas, **exceto** as aditivas.

Exemplos:

- *Não pude comparecer ao aniversário, contudo enviei meu presente.*
- *Carlos ora aparentava calmo, ora agitado.*
- *Não obtive um bom resultado, pois não me esforcei para tal.*

Há somente dois casos em que as **aditivas são constituídas pela vírgula**, vejamo-los:



QUANDO POSSUÍREM SUJEITOS DIFERENTES.

Exemplo: *Os alunos não se mostraram interessados, e o professor não fez questão de incentivá-los.*



QUANDO O CONECTIVO "E" SE APRESENTAR VÁRIAS VEZES REPETIDO, CONFIGURANDO, PORTANTO, UMA FIGURA DE LINGUAGEM ORA DENOMINADA DE POLISSÍNDETO.

Exemplo: *Os garotos estudaram, e demonstraram seus conhecimentos, e sagraram-se vencedores nas Olimpíadas de Matemática.*

DICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS



COPIAR/COLAR



COPIAR



Navegue até a pasta que contém o arquivo que deseja copiar. Clique com o botão direito do mouse no arquivo que deseja copiar para abrir o menu de contexto. No menu de contexto, você pode selecionar a opção "Copiar" ou pressione as teclas:



Isso copiará o arquivo para a área de transferência do sistema.

COLAR



Agora, você pode navegar até a pasta de destino onde deseja colar o arquivo copiado. Clique com o botão direito do mouse na pasta de destino e, no menu de contexto, **selecione "Colar"** ou pressione:



Isso colará uma cópia do arquivo na pasta de destino.



No Explorador de Arquivos do Windows, você pode usar a **guia "Início"** na faixa de opções para realizar operações de cópia e colagem de arquivos de uma maneira mais visual e intuitiva.





DICA NAVEGADORES

DOWNLOADS E IMPRESSÃO

✓ O Google Chrome possui **ferramentas integradas** para **baixar arquivos da internet e imprimir páginas da Web** de forma rápida e segura.

Saber onde **localizar downloads** e **usar os atalhos** corretos é essencial nas provas de informática básica.

Gerenciar Downloads

- **Atalho:** Ctrl + J
- **Caminho:** Menu : → "Downloads"
- **Função:** exibe a lista de arquivos baixados, status (concluído, em andamento, cancelado) e o caminho onde foram salvos.

atalho



📁 É possível abrir o arquivo diretamente, mostrar na pasta ou limpar a lista.

🔄 Se estiver **sincronizado** com a conta Google, os downloads também podem ser acessados em outros dispositivos.



Imprimir páginas da Web

- **Atalho:** Ctrl + P
- **Caminho:** Menu : → "Imprimir..."

atalho



Abre a janela de visualização com opções:

- Impressora física ou Salvar como PDF.
- Número de páginas, layout (retrato/paisagem), cor, margens e cabeçalho.

É possível imprimir páginas inteiras, trechos específicos ou arquivos salvos em PDF para estudo offline.

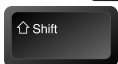


⚙️ Configurações úteis

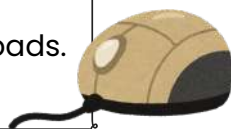
- **Ctrl + S:** salvar página como arquivo HTML ou completo.



- **Ctrl + Shift + I:** abrir ferramentas de inspeção (para verificar código-fonte, útil em provas avançadas).



- **chrome://downloads/** → abre diretamente a guia de downloads.



DICA
EXCEL XVI

FUNÇÃO
MÉDIA

you know what it is?



A função "MÉDIA" no Microsoft Excel é usada para calcular a média aritmética dos valores em um intervalo de células. Ela retorna o valor médio dos números fornecidos.

REGRA

- **MÉDIA(número1, [número2], ...)**
- "número1" é o primeiro número ou intervalo de células que você deseja incluir no cálculo da média.
- "número2" é um argumento opcional e representa o segundo número ou intervalo de células que você deseja incluir no cálculo da média. Você pode adicionar mais números separando-os por vírgulas.

ENTENDA MELHOR COM O EXEMPLO:

=MÉDIA(A1:A5)

- Isso calculará a média dos valores das células A1 até A5, por exemplo, 10, 15, 20, 25 e 30 e retornará o resultado, que é 20.

LEMBRE-SE!

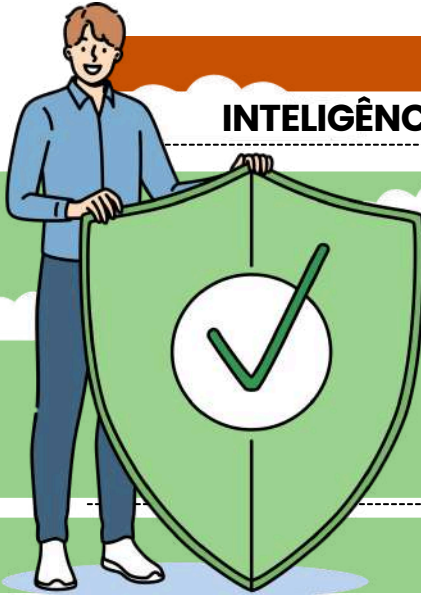


Você também pode adicionar mais números ou intervalos de células como argumentos para calcular a média de múltiplos conjuntos de valores.

DICA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

DA SEGURANÇA DOS DADOS



Os dados usados para treinar a Inteligência Artificial devem vir de **fontes seguras**, de preferência do governo.

O sistema precisa garantir que os **dados não sejam alterados** antes do treinamento, e que cada versão do modelo tenha sua própria cópia dos dados usados.

Os dados devem estar **protegidos** contra:

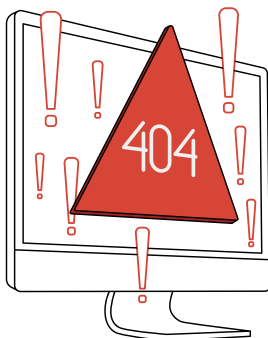
1. **Destruição;**
2. **Modificação;**
3. **Perda;**
4. **Acesso ou transmissão sem autorização.**



O **ARMAZENAMENTO** E O **FUNCIONAMENTO** DA IA DEVEM SER FEITOS EM **AMBIENTES** QUE SIGAM **PADRÕES FORTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.**

DO CONTROLE DO USUÁRIO

O sistema de IA deve garantir que os usuários internos tenham autonomia, ou seja:



A IA DEVE **AJUDAR** E **NÃO LIMITAR** O TRABALHO DO **USUÁRIO;**



O USUÁRIO DEVE PODER **REVER** AS **PROPOSTAS** E **DADOS USADOS**, **SEM OBRIGAÇÃO** DE SEGUIR A **SUGESTÃO** DA IA.

⚠ Tem mais:

- Os **usuários externos** (quem usa os serviços) precisam ser **informados**, de forma clara, que **estão sendo atendidos com o apoio de IA.**

DICA
MALWARES IV



TIPOS DE VÍRUS



Existem muitos **tipos diferentes de vírus de computador**, cada um com suas próprias características distintas e modos de operação.

Vírus de Arquivo: Anexa-se a arquivos executáveis e se espalha quando esses arquivos são abertos.

Vírus de Boot: Infecta setores de inicialização de discos e é ativado quando o computador inicia por esse dispositivo.

Vírus de Macro: Afeta documentos que possuem macros (como Word/Excel) e se espalha quando essas macros são executadas.

Vírus de Script: Escritos em linguagens de script; se espalham por páginas web, e-mails e outros scripts.

Vírus Furtivos (Stealth): Projetados para esconder sua presença, dificultando a detecção por antivírus.



Vírus Macro-Boot: Mistura vírus de macro e de boot: infecta documentos com macro e também discos de inicialização.

Vírus de E-mail: Se espalham por anexos de e-mail; ativam ao abrir o arquivo e podem enviar-se automaticamente para contatos.

Vírus de Rede: Propagam-se por redes locais ou internet, explorando falhas em sistemas conectados.

Vírus de Multipartes: Combinam características de vários tipos de vírus, tornando-se mais versáteis e perigosos.

Vírus Polymorphic: Mudam sua estrutura/aparência constantemente, dificultando a detecção por antivírus tradicionais.



DICA

DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS III

SANÇÕES NA LGPD



Conforme disposto no Artigo 52, a aplicação dessas sanções é **discricionária**, levando-se em consideração a **gravidade da infração**, e é realizada pela **agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**.

As **sanções previstas** são as seguintes:

- Advertência.
- Multa simples, que pode chegar a até **2% do faturamento da empresa**, limitada a R\$50.000.000,00 por infração.
- Multa diária, também **limitada** a R\$50.000.000,00.
- **Publicitação** da infração.
- **Bloqueio** dos **dados pessoais**.
- **Eliminação** dos dados pessoais.

X - **Suspensão parcial** do funcionamento do banco de dados por 6 meses.

XI - **Suspensão do tratamento de dados pessoais** por 6 meses.

XII - **Proibição parcial ou total** de efetuar tratamento dos dados.

AS SANÇÕES SERÃO IMPOSTAS APÓS UM **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** QUE PERMITA A OPORTUNIDADE DE AMPLA DEFESA, DE MANEIRA GRADUAL, ISOLADA OU CUMULATIVAMENTE.



§ 6º As sanções previstas nos incisos X, XI e XII do caput deste artigo serão aplicadas:

- I. Somente após ao menos uma das sanções mencionadas nos incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo ter sido **imposta** para o **mesmo caso concreto**;
- II. Em caso de **controladores submetidos a outros órgãos e entidades com competências sancionatórias**, sendo necessária a audição desses órgãos.

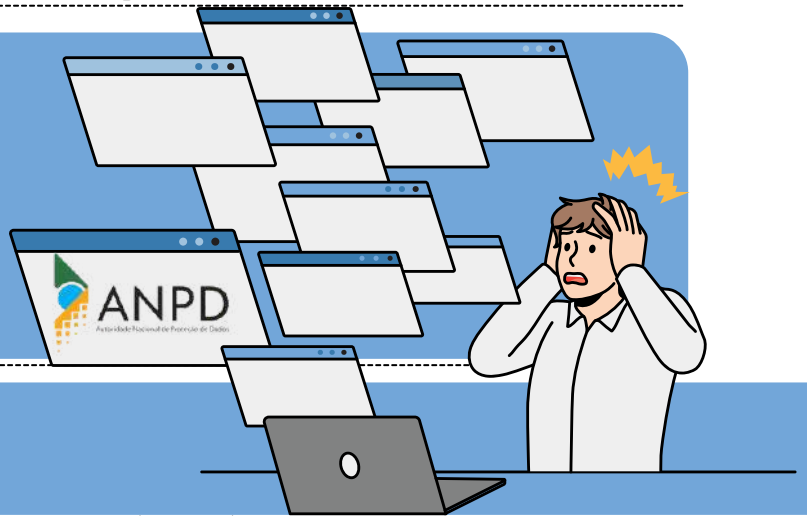
§ 7º Os vazamentos individuais ou acessos **não autorizados** mencionados no caput do art. 46 desta Lei podem ser **objeto de conciliação direta entre o controlador e o titular dos dados**.

CASO **NÃO HAJA ACORDO**, O CONTROLADOR ESTARÁ **SUJEITO À APLICAÇÃO DAS PENALIDADES** DESCRITAS NESTE ARTIGO.

DICA

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

AGÊNCIA NACIONAL
DE PROTEÇÃO DE
DADOS (ANPD)



A agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi estabelecida como uma **autarquia de natureza especial** dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal.

Sua função é **garantir, implementar e supervisionar** a conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** em todo o **território nacional**.

Art. 55-C: A ANPD é **constituída** por:

- I. Conselho Diretor, o **órgão máximo de direção**;
- II. Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- III. Corregedoria;
- IV. Ouvidoria;
- V-A. Procuradoria;
- VI. Unidades administrativas e unidades especializadas necessárias para a aplicação dos dispositivos desta Lei.

ART. 55-D: O **CONSELHO DIRETOR** DA ANPD SERÁ COMPOSTO POR **CINCO DIRETORES, INCLUINDO** O DIRETOR-PRESIDENTE.

- O mandato dos membros do Conselho Diretor será de **4 (quatro) anos**.
- Os mandatos dos primeiros membros do Conselho Diretor nomeados serão distribuídos em períodos de **2 (dois), 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis) anos**, conforme estabelecido no ato de nomeação.
- Em caso de **vacância** do cargo durante o mandato de um membro do Conselho Diretor, o período restante será completado pelo seu **sucessor**.

ART. 55-E: OS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR PODEM PERDER SEUS CARGOS **APENAS POR RENÚNCIA, CONDENAÇÃO JUDICIAL DEFINITIVA OU DEMISSÃO** DECORRENTE DE (PAD) PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 II

LEI Nº 12.527/2011 II



➔ A Lei de Acesso à Informação define um **processo transparente** para que os cidadãos possam **solicitar informações aos órgãos e entidades públicas**.

➔ O acesso às informações públicas é **gratuito**, a menos que seja necessária a **reprodução de documentos**, ocasião em que uma taxa pode ser aplicada.

O **procedimento** é o seguinte:

IDENTIFICAÇÃO:

O pedido deve conter informações mínimas para identificação do solicitante, como nome, CPF ou CNPJ (se aplicável), endereço de contato e, se possível, dados adicionais que facilitem a resposta.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

Para solicitar informações públicas, é fundamental que o cidadão formule seu pedido de maneira clara e objetiva. Preferencialmente, o pedido deve ser feito por escrito, utilizando o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), quando disponível, ou por outros meios, como carta, e-mail ou presencialmente, conforme as opções oferecidas pelo órgão ou entidade.

ESPECIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DESEJADA:

É essencial descrever claramente a informação desejada no pedido, para que o órgão público possa identificar com precisão a solicitação.

ESCOLHA DO ÓRGÃO COMPETENTE:

O solicitante deve encaminhar o pedido ao órgão ou entidade pública responsável pelas informações solicitadas.

ENVIO DO PEDIDO:

O pedido de informação deve ser encaminhado ao órgão ou entidade pública seguindo os procedimentos e canais estabelecidos por eles, respeitando as regras e prazos definidos para o processamento.



DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 III

LEI Nº 12.527/2011 III



Se a **informação estiver disponível**, deve ser **providenciada imediatamente** ao requerente.

PRAZO DA RESPOSTA:

Conforme a Lei de Acesso à Informação, o órgão público tem até **20 dias** para fornecer a resposta ao solicitante, podendo ser prorrogado por mais **10 dias em situações excepcionais**, devidamente justificadas.



RESPOSTA AO SOLICITANTE:

O órgão ou entidade pública deve responder ao solicitante dentro do prazo estabelecido, disponibilizando a informação solicitada, negando o acesso (se protegida por sigilo legal) ou informando sobre a inexistência da informação.

RECURSO:

Caso haja insatisfação com a resposta ou ausência dela, o solicitante pode recorrer ao órgão que recebeu o pedido, dentro de **10 dias** a partir da resposta ou do término do prazo estipulado.

TRANSPARÊNCIA ATIVA:

Além dos pedidos de informação, os órgãos públicos devem divulgar proativamente informações de interesse público pela internet, promovendo a transparência ativa.

→ clique aqui para conhecer o material completo

ANALISTA EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITARIA

memoriza.

DICA

DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL

MEIO AMBIENTE
COMO DIREITO
FUNDAMENTAL



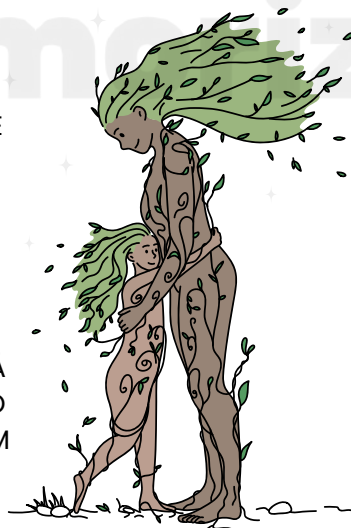
➔ O art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece que "**todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**", essencial à qualidade de vida, atribuindo à coletividade e ao poder público o dever de preservá-lo.

➔ O reconhecimento do meio ambiente como **direito fundamental** o coloca no mesmo **patamar** de outros direitos, como a vida, a saúde e a dignidade, sendo indispensável para o desenvolvimento sustentável.

O **Direito Ambiental** se baseia em **princípios** que orientam a sua **aplicação**:

PREVENÇÃO: VISA EVITAR DANOS AMBIENTAIS ANTES QUE OCORRAM. EXEMPLO: LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

PRECAUÇÃO: ATUA QUANDO HÁ INCERTEZA CIENTÍFICA SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL, COMO EM NOVAS TECNOLOGIAS.



USUÁRIO-PAGADOR: QUEM UTILIZA RECURSOS NATURAIS DEVE CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE PARA A SUA PRESERVAÇÃO.

POLUIDOR-PAGADOR: O POLUIDOR DEVE ARCAR COM OS CUSTOS DE REPARAR OS DANOS CAUSADOS.

competências ambientais -arts. 23 e 24 da cf/88

A CF/88 estabelece que a **proteção ambiental** é de **competência**:

- **Comum:** União, Estados, Distrito Federal e Municípios atuam juntos para preservar o meio ambiente.
- **Concorrente:** União legisla normas gerais; Estados e Municípios detalham normas específicas.



DICA

CONCEITOS GERAIS DE ESTUDOS TÉCNICOS

ETAPAS DO LICENCIAMENTO – LP, LI E LO

1. LP – LICENÇA PRÉVIA

Quando ocorre?

Na fase de **planejamento** do empreendimento.

O que ela faz?

- ✓ Aprova a **viabilidade ambiental**
- ✓ Aprova a **localização**
- ✓ Aprova a **concepção do projeto**
- ✓ Estabelece **condicionantes para as próximas fases**

A LP não autoriza obra nem funcionamento.



É a fase de avaliação da viabilidade socioambiental do projeto.

2. LI – LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Quando ocorre?

Após **cumprimento das exigências da LP.**

O que ela faz?

- ✓ Autoriza o **início da obra/instalação**
- ✓ Aprova os **planos e projetos executivos**
- ✓ **Exige cumprimento das condicionantes**

Sem LI, a obra é irregular.



É a fase em que se apresenta o projeto executivo e após aprovação inicia-se a construção.

3. LO – LICENÇA DE OPERAÇÃO

Quando ocorre?

Após verificação de que tudo foi instalado conforme aprovado.

O que ela faz?

- ✓ Autoriza o **funcionamento da atividade**
- ✓ Confirma **cumprimento das exigências anteriores**
- ✓ Pode estabelecer **novas condicionantes**

Sem LO, a atividade não pode operar.



É a fase em que se avalia a construção e é autorizada a operação.

🎯 Ponto importante

A LO normalmente possui **prazo determinado** e pode ser renovada.

CONDICIONANTES

Em todas as fases podem ser impostas condicionantes ambientais, como:

- Compensação ambiental
- Monitoramento
- PRAD
- Controle de emissões

Descumprimento pode gerar:

🚫 **Multa** 🚫 **Suspensão** 🚫 **Cassação da licença**



DICA

CONCEITOS GERAIS DE ESTUDOS TÉCNICOS

LAU, APAT E COMPETÊNCIA (LC 140/2011)



LAU – LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA

A Licença Ambiental Única (LAU) é uma modalidade simplificada de licenciamento que reúne LP, LI e LO em um único ato administrativo.

Quando é utilizada?

- ✓ Empreendimentos de baixo potencial poluidor
- ✓ Atividades de pequeno porte
- ✓ Quando o impacto ambiental é considerado reduzido

⚠ Não é regra geral – é exceção ao modelo trifásico clássico (LP, LI, LO).

Atenção

A LAU depende da regulamentação do órgão ambiental competente (não é automática para todo caso).

APAT – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ANÁLISE TÉCNICA

A APAT é um instrumento preliminar que autoriza o início da análise técnica do processo de licenciamento, antes da emissão da licença ambiental.

⚠ A APAT não é licença ambiental.

- ✓ Formalizar a abertura do processo
- ✓ Permitir tramitação administrativa
- ✓ Indicar viabilidade preliminar



COMPETÊNCIA AMBIENTAL – LC 140/2011

A Lei Complementar nº 140/2011 regulamenta o art. 23 da Constituição Federal e estabelece a divisão de competências administrativas ambientais entre:

União | Estados | Municípios

A competência para licenciar depende da abrangência do impacto ambiental.

União

- Quando o impacto for:
 - ✓ Nacional ou regional
 - ✓ Em terras indígenas
- ✓ Em unidades de conservação federais
- ✓ Em mar territorial ou plataforma continental

Estados

- ✓ Empreendimentos de impacto regional
- ✓ Quando não for competência da União ou do Município

Municípios

- ✓ Impacto ambiental local
- ✓ Atividades em unidades de conservação municipais

DICA

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997



PRAZOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- O **licenciamento ambiental** é um processo essencial para garantir que as atividades econômicas sejam realizadas de forma **sustentável**, respeitando o meio ambiente.
- Porém, como qualquer procedimento administrativo, ele está sujeito a **regras e prazos** específicos que devem ser seguidos tanto pelo empreendedor quanto pelo órgão ambiental.

Prazo de Análise das Licenças (Art. 14):

O órgão ambiental competente deve **analisar o pedido de licença** dentro dos seguintes prazos:

→ clique aqui para conhecer o material completo

Até 6 meses: Para licenças simples, como **Licença Prévia (LP)**, **Licença de Instalação (LI)** e **Licença de Operação (LO)**.

Até 12 meses: Quando o empreendimento exigir estudos mais complexos, como o **EIA/RIMA** (Estudo de Impacto Ambiental), ou houver necessidade de audiência pública.

por que isso importa?

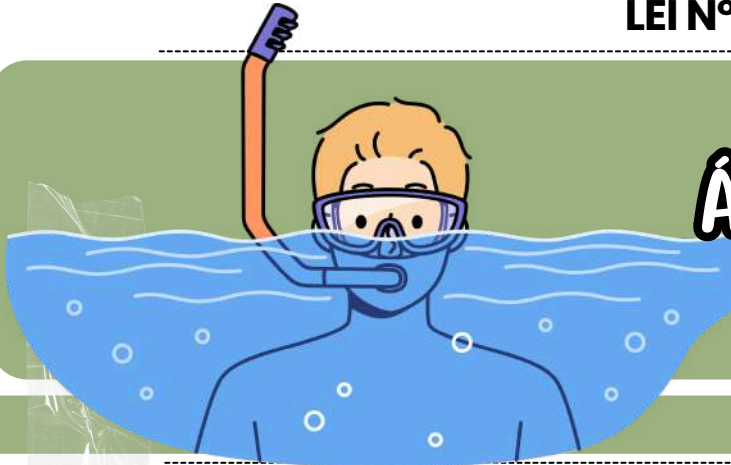
ESSES PRAZOS GARANTEM QUE O PROCESSO NÃO FIQUE INDEFINIDAMENTE PARADO.

Mas atenção! O prazo pode ser **suspenso** se o empreendedor precisar corrigir ou complementar os documentos apresentados.



DICA

LEI Nº 12.651/2012



ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)



As APPs são espaços **protegidos**, localizados em **zonas rurais** ou **urbanas**, com a função de **preservar** os recursos hídricos, a biodiversidade, o solo e garantir o equilíbrio ecológico.

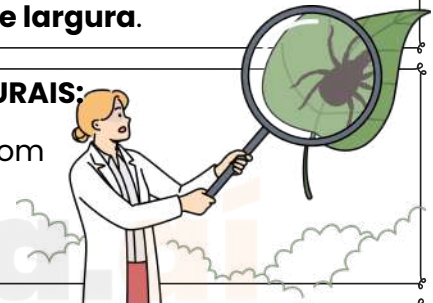
Delimitação das APPs:

FAIXAS MARGINAIS DE CURSOS D'ÁGUA NATURAIS (PERENES E INTERMITENTES, EXCLUINDO EFÊMEROS):

- **30 metros:** cursos d'água com até **10 metros de largura**.
- **50 metros:** cursos d'água entre **10 e 50 metros de largura**.
- **100 metros:** cursos d'água entre **50 e 200 metros de largura**.
- **200 metros:** cursos d'água entre **200 e 600 metros de largura**.
- **500 metros:** cursos d'água com mais de **600 metros de largura**.

ENTORNO DE LAGOS E LAGOAS NATURAIS:

- **100 metros:** em **zonas rurais** (exceto corpos d'água com até 20 hectares, onde será 50 metros).
- **30 metros:** em **zonas urbanas**.



RESERVATÓRIOS ARTIFICIAIS (BARRAGENS OU REPRESAMENTOS):

- Faixa definida na **licença ambiental** do **empreendimento**.



NASCENTES E OLHOS D'ÁGUA PERENES:

- Raio de **50 metros**, independentemente da topografia.

ENCOSTAS OU PARTES DESTAS COM DECLIVIDADE SUPERIOR A 45°:

- Inclinação correspondente a **100% na linha** de maior **declive**.



Outros casos específicos:

- **Restingas:** como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- **Manguezais:** em toda a extensão.
- **Bordas de tabuleiros ou chapadas:** faixa mínima de 100 metros.
- **Topo de morros, montes, montanhas e serras:** áreas acima de 2/3 da altura mínima da elevação.
- **Veredas:** faixa de 50 metros, a partir de áreas permanentemente brejosas.

DICA

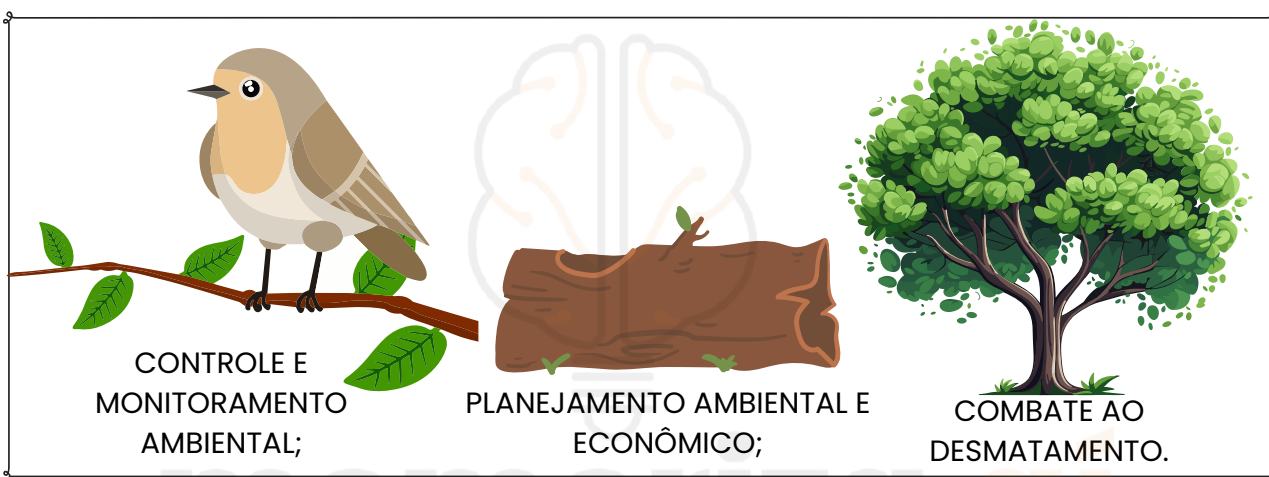
LEI Nº 12.651/2012



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

→ O Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto no Art. 29 da Lei nº 12.651/2012, é um registro público eletrônico nacional obrigatório para todos os imóveis rurais.

Ele foi criado com o objetivo de **integrar informações ambientais**, compondo uma base de dados que serve para:



A INSCRIÇÃO NO CAR É OBRIGATÓRIA E DE PRAZO INDETERMINADO PARA TODAS AS PROPRIEDADES E POSSES RURAIS.

importante:

O CAR **não serve como título de propriedade** ou **posse** e **não dispensa** a necessidade de atender ao disposto no Art. 2º da Lei nº 10.267/2001, referente ao **georreferenciamento** para o **registro de imóveis**.

Dispensa de Informações da Reserva Legal (Art. 30):

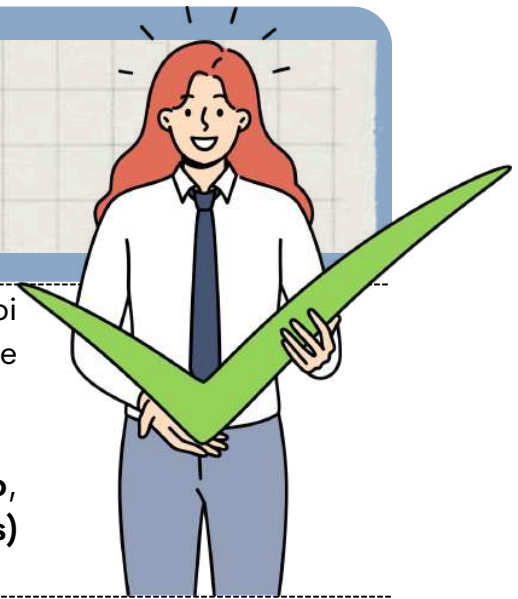
- Quando a Reserva Legal já foi **averbada na matrícula do imóvel** e **identifica** seu perímetro e localização, o proprietário está dispensado de fornecer informações relativas à Reserva Legal no CAR.
- Para isso, é **necessário apresentar ao órgão ambiental a certidão de registro de imóveis** constando a averbação ou o termo de compromisso, no caso de posse.



DICA

LEI Nº 9.985/00 – SNUC

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)



→ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado para **garantir a preservação do meio ambiente** e promover o **uso sustentável dos recursos naturais**.

→ Essa legislação estabelece critérios e normas para a **criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs)** no Brasil.

✦ **Gestão Integrada** das UCs:

- Quando há **várias UCs próximas** ou **sobrepostas**, a gestão deve ser **integrada**, valorizando a biodiversidade e promovendo o desenvolvimento sustentável da região;

📄 **PLANO DE MANEJO DAS UCS**

As UCs devem possuir um **Plano de Manejo**, que deve ser elaborado em até **5 anos** após sua criação e deve incluir:



✓ **AÇÕES PARA INTEGRAR A UC À VIDA ECONÔMICA E SOCIAL DAS COMUNIDADES VIZINHAS**

✓ **REGRAS SOBRE A LIBERAÇÃO E CULTIVO DE OGMs, CONSIDERANDO RISCOS À BIODIVERSIDADE.**

A **exploração comercial** de produtos, subprodutos ou serviços derivados dos recursos naturais das UCs exige **autorização prévia** e **pagamento**, com **exceção** das Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares.

Os **recursos** obtidos pelas **UCs** devem ser **aplicados na manutenção da própria unidade** e na **regularização fundiária**, sendo distribuídos da seguinte forma:



- **25% a 50%:** Manutenção da própria UC.
- **25% a 50%:** Regularização fundiária.
- **15% a 50%:** Implementação e gestão de outras UCs.

DICA

LEI N.º 12.305/2010



POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem ser compatíveis com as diretrizes da PNRS, garantindo uma abordagem **integrada** e **harmoniosa** na gestão dos resíduos em todo o território nacional.

A **responsabilidade** pelo **gerenciamento dos resíduos** também recai sobre o **gerador**, que deve adotar práticas adequadas conforme estabelecido na lei.

São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:



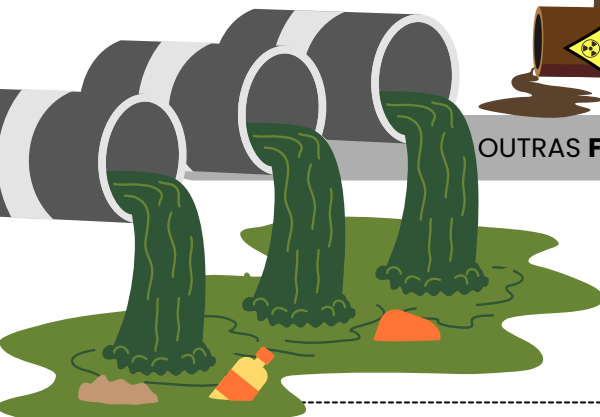
LANÇAMENTO EM PRAIAS, MAR OU OUTROS CORPOS HÍDRICOS;

QUEIMA A CÉU ABERTO OU EM RECIPIENTES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS NÃO LICENCIADOS



LANÇAMENTO IN NATURA A CÉU ABERTO - EXCETO RESÍDUOS DE MINERAÇÃO

OUTRAS FORMAS VEDADAS PELO PODER PÚBLICO



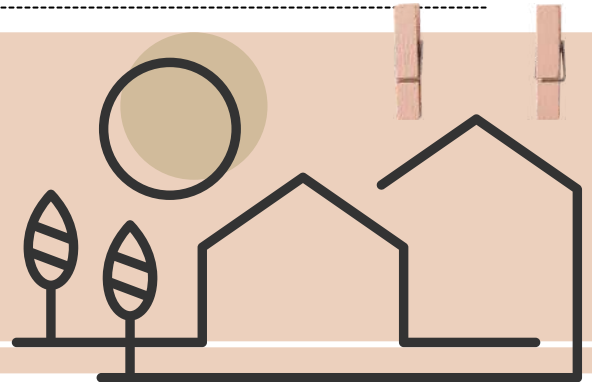
Quando decretada **emergência sanitária**, a queima de resíduos a céu aberto pode ser **realizada**, desde que **autorizada** e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa

É **PROIBIDA A IMPORTAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS E REJEITOS**, BEM COMO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CUJAS CARACTERÍSTICAS CAUSEM DANO AO MEIO AMBIENTE, À SAÚDE PÚBLICA E ANIMAL E À SANIDADE VEGETAL, AINDA QUE PARA TRATAMENTO, REFORMA, REUSO, REUTILIZAÇÃO OU RECUPERAÇÃO.

DICA

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO (LOTEAMENTO x DESMEMBRAMENTO)

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO (LOTEAMENTO x DESMEMBRAMENTO)



O **parcelamento do solo urbano** é disciplinado pela Lei nº 6.766/1979, que regula como áreas urbanas podem ser divididas para fins de edificação.

A banca gosta de cobrar a diferença entre **loteamento** e **desmembramento**, bem como os requisitos legais e urbanísticos para sua aprovação.



Loteamento: subdivisão de gleba em lotes com abertura de novas vias de circulação, áreas verdes e institucionais.

Desmembramento: subdivisão de gleba em lotes aproveitando o sistema viário já existente, sem abertura de novas ruas.

Competência: municípios aprovam projetos de parcelamento, observando plano diretor e normas urbanísticas.

Restrições: terrenos alagadiços, sujeitos a inundações, em áreas de preservação permanente ou sem acesso viário adequado não podem ser loteados.

- **A banca explora os procedimentos administrativos:** projeto aprovado pela Prefeitura + registro em cartório.
- Parcelamentos irregulares ou clandestinos são frequentes em questões, destacando-se as **responsabilidades civil, administrativa e penal do loteador**.
- A lei exige **destinação de áreas para uso público** (equipamentos urbanos e comunitários).
- Integra-se ao **Estatuto da Cidade** (Lei 10.257/2001) como parte da política de ordenamento territorial.

Exemplo prático

Um loteamento aprovado em área urbana deve reservar parte da gleba para ruas, áreas verdes e escolas. Já um desmembramento apenas divide um lote em dois ou mais, mantendo a rua já existente.

DICA

DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL



DIREITO AMBIENTAL

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO AMBIENTAL

Prevenção
Precaução
Poluidor-Pagador
Função socioambiental da propriedade
Proibição do retrocesso ambiental
Responsabilidade objetiva

POLÍCIA AMBIENTAL

Tem poder de **restringir e condicionar** o uso de bens e atividades visa **proteger o meio ambiente**. Isso inclui: **licenciar, fiscalizar e aplicar sanções**, como multas, embargos e apreensões.

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE LEI 6.938/81

Criada em 1981 para **preservar, melhorar e recuperar** a qualidade ambiental, garantindo as condições para o **desenvolvimento socioeconômico, segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana**



O **PATRIMÔNIO PÚBLICO AMBIENTAL** meio ambiente como um **bem de uso comum**, protegido para **benefício coletivo**. Isso envolve a **RACIONALIZAÇÃO DO USO** do solo, subsolo, água e ar, além do **PLANEJAMENTO E FISCALIZAÇÃO** dos recursos ambientais. A **PROTEÇÃO DE ECOSISTEMAS** e o **CONTROLE E ZONEAMENTO** de atividades poluidoras são considerados fundamentais. É essencial **MONITORAR** a qualidade ambiental e **RECUPERAR** áreas degradadas. A **PROTEÇÃO** de áreas ameaçadas e a **EDUCAÇÃO AMBIENTAL** em todos os níveis de ensino também são prioridades.

ART. 2º PRINCÍPIOS



CONCEITOS-CHAVE ART. 3º

Meio ambiente: conjunto de condições, leis e interações que permitem a vida.
Degradação: alteração adversa das características ambientais.
Poluição: degradação que prejudica saúde, segurança, bem-estar, atividades econômicas, biota ou estética do ambiente.
Poluidor: pessoa física/jurídica, pública ou privada, direta ou indiretamente responsável pela degradação.
Recursos ambientais: água, ar, solo, subsolo, fauna, flora, mar territorial etc.



POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (PNMC)

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) é um marco importante que estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas no Brasil.

O que é mudança de clima?

- De acordo com a PNMC, o conceito de **"mudança do clima"** refere-se à **"evolução gradual das condições climáticas ao longo do tempo, causada tanto por atividades humanas quanto por fatores naturais."**
- A principal missão da PNMC é **incentivar o desenvolvimento sustentável**, ao mesmo tempo em que busca **reduzir os impactos das mudanças climáticas** e **promover a adaptação** a essas alterações.

Em termos simples, **"mudança do clima"** se refere à **transformação do clima da Terra**, que pode ocorrer devido às atividades humanas, como a emissão de gases de efeito estufa, e também por **mudanças naturais na atmosfera** ao longo do tempo.



PRINCÍPIOS DA PNMC

Os cinco princípios da PNMC são:

- **PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO:** AGIR PARA EVITAR DANOS QUE AINDA NÃO SÃO TOTALMENTE CONHECIDOS.
- **PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO:** AGIR PARA EVITAR QUE OS DANOS ACONTEÇAM.
- **PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ:** ENVOLVER A SOCIEDADE NA TOMADA DE DECISÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.
- **PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SEM COMPROMETER O MEIO AMBIENTE.
- **PRINCÍPIO DAS RESPONSABILIDADES COMUNS, PORÉM DIFERENCIADAS:** TODOS DEVEM AGIR PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MAS AS RESPONSABILIDADES SÃO DIFERENTES PARA CADA PAÍS OU SETOR DA SOCIEDADE.



DICA

LEI Nº 12.187/2009

FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (FUNDO CLIMA)

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) é um fundo público criado para **financiar projetos e ações** voltados à **mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Brasil**.

Ele é administrado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e desempenha um papel crucial no apoio a iniciativas que buscam enfrentar os desafios climáticos.

Os **recursos do Fundo Clima** provêm de diversas fontes, incluindo leis específicas, dotações orçamentárias, doações, empréstimos de instituições financeiras, entre outros.

e como esses recursos são aplicados?

- Esses recursos são aplicados em uma ampla variedade de atividades relacionadas às mudanças climáticas, como educação, pesquisas científicas, projetos de adaptação, redução de emissões de gases de efeito estufa e apoio a práticas sustentáveis.

A gestão do Fundo Clima é realizada pelo Comitê Gestor, que é composto por representantes de diversos setores, incluindo órgãos governamentais, sociedade civil, comunidade científica, entidades empresariais e comunidades tradicionais.

É IMPORTANTE DESTACAR QUE A PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ GESTOR É CONSIDERADA UMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO RELEVANTE, MAS **NÃO É REMUNERADA**.

DICA

SANEAMENTO BÁSICO (MARCO LEGAL)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

Como funciona a rede de saneamento básico?



o que é?

Compreende:

- 🔵 Captação
- 🚚 Adução
- 🧪 Tratamento
- 🏠 Reservação
- 🏠 Distribuição até as ligações prediais

O serviço vai até a ligação predial.

Não inclui:

- ❌ instalação interna do imóvel
- ❌ caixa d'água interna

SANEAMENTO BÁSICO É UM DIREITO HUMANO RECONHECIDO PELA ONU. 🌍



Todos devem ter acesso a:

- 🏠 Abastecimento de água potável
- 🚚 Coleta e tratamento de esgoto
- 🗑️ Coleta e disposição final adequada de resíduos sólidos
- ☁️ Drenagem de águas pluviais
- 📊 Informações sobre saneamento, saúde ambiental e condições locais

O saneamento básico está diretamente ligado a:

<p>👴 Redução da mortalidade infantil</p> <p>💰 Combate à pobreza</p>	<p>🏠 Promoção da dignidade humana</p> <p>⚖️ Igualdade social</p> <p>🌿 Prevenção de doenças</p>	<p>A banca costuma cobrar a relação entre saneamento e saúde pública.</p>
---	--	---

Além de água e esgoto, também fazem parte:

- 🗑️ Manejo de resíduos sólidos
- ☁️ Drenagem urbana
- 🧼 Promoção de higiene
- 📢 Transparência e controle social

São os 4 pilares legais definidos no art. 3º da Lei 11.445/2007.

⚠️ CUIDADO

DISTRIBUIÇÃO VAI ATÉ A LIGAÇÃO PREDIAL, NÃO INCLUI INSTALAÇÃO INTERNA DO IMÓVEL.



DICA

SANEAMENTO BÁSICO (MARCO LEGAL)

ESGOTAMENTO SANITÁRIO



o que é?

Inclui:

- ◆ Coleta
- ◆ Transporte
- ◆ Tratamento
- ◆ Disposição final ambientalmente adequada

🎯 PARA QUEM É DA ÁREA

⚠️ Coletar não é suficiente.

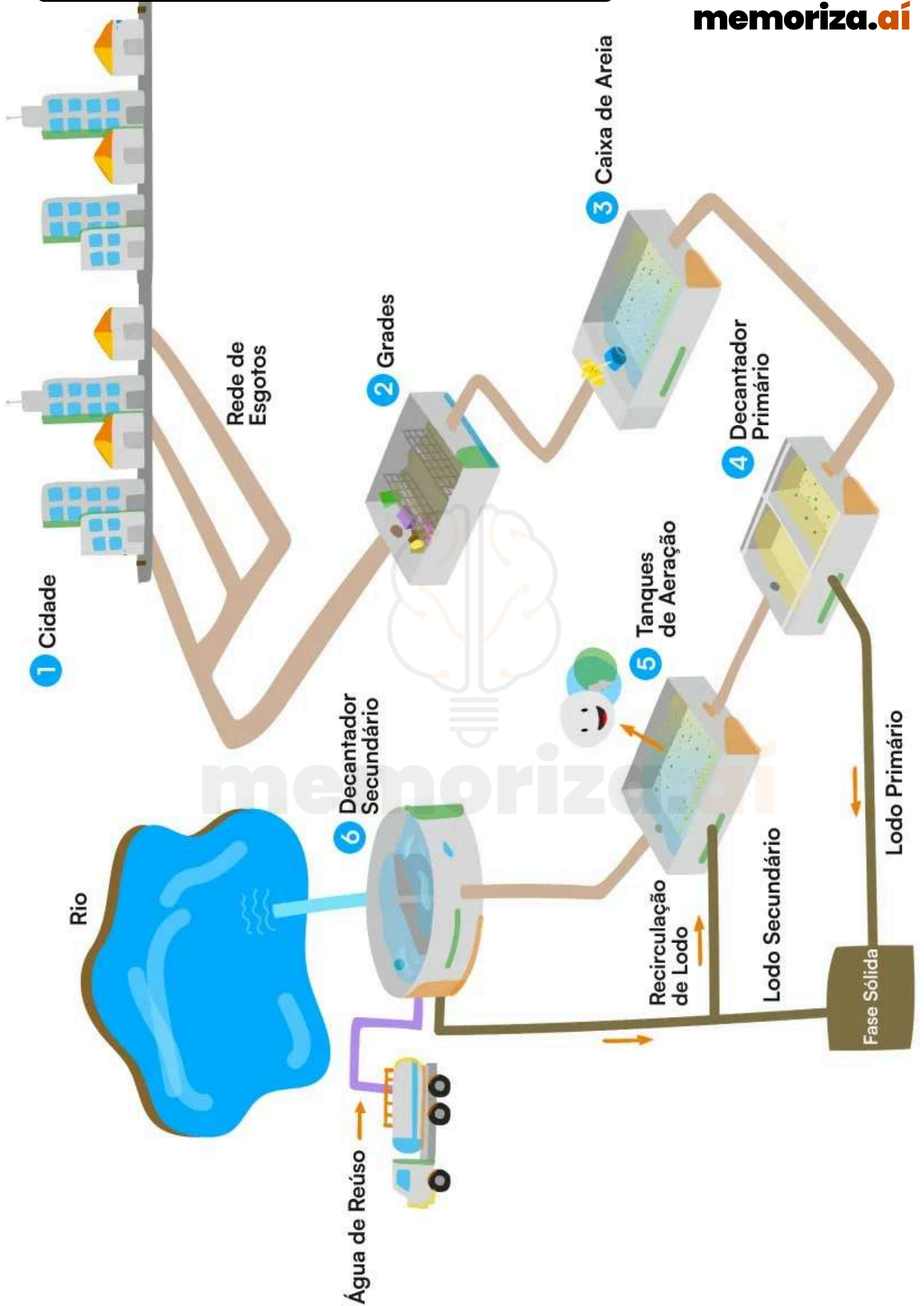
A lei exige tratamento e destinação adequada.

🌿 Está diretamente ligado à:



🌟 PEGADINHA COMUM

- ✗ Confundir com **drenagem pluvial**
- ✗ Achar que **fossa individual** já caracteriza **serviço público completo**



DICA

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

TRATAMENTO CONVENCIONAL DE ÁGUA

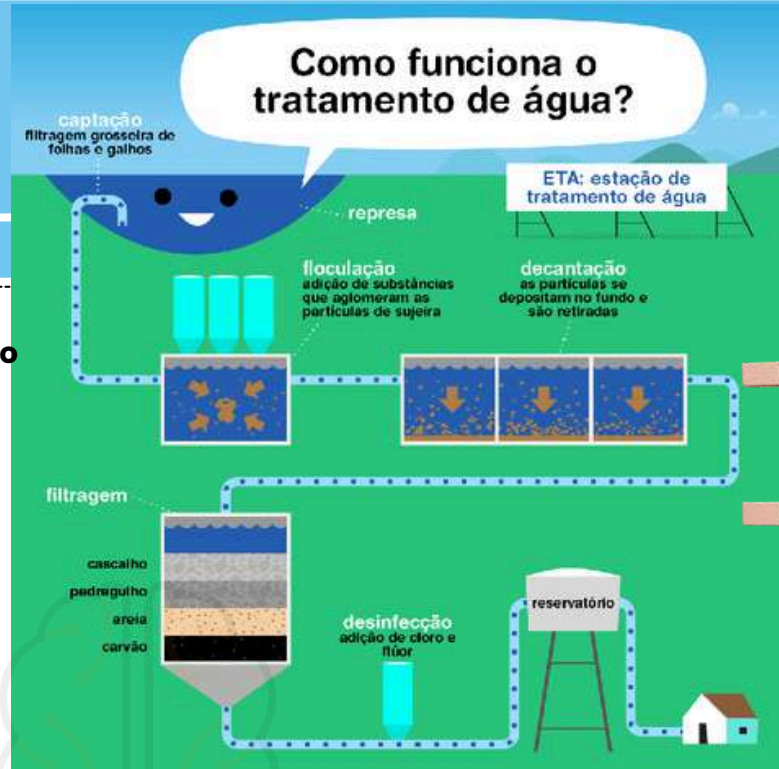
Etapas clássicas:

- Coagulação
- Decantação
- Desinfecção (cloração)
- Fluoretação
- Floculação
- Filtração

OBJETIVO

Remover:

- ✓ Turbidez
- ✓ Cor
- ✓ Matéria orgânica
- ✓ Microrganismos



COAGULAÇÃO

- Adição de coagulantes (**ex:** sulfato de alumínio, cloreto férrico).
- **Objetivo:** desestabilizar partículas coloidais (argila, matéria orgânica, sujeira).
- ✓ Essas partículas são muito pequenas e não sedimentam naturalmente.

FLOCULAÇÃO

- Mistura lenta e controlada.
- **Objetivo:** promover o encontro das partículas desestabilizadas.
- ✓ **Formação de flocos maiores e mais pesados.**

SEDIMENTAÇÃO (DECANTAÇÃO)

- Separação dos flocos por ação da gravidade.
- Ocorre em tanques decantadores.
- ✓ Remove sólidos sedimentáveis. ✓ Reduz turbidez.

FILTRAÇÃO

- Passagem da água por meio filtrante (areia, carvão, antracito).
- Remove partículas remanescentes.
- ✓ Retém sólidos não sedimentados. ✓ Aumenta a eficiência final do tratamento.

DESINFECÇÃO (ETAPA OBRIGATÓRIA)

- Geralmente feita com cloro.
- **Objetivo:** destruir microrganismos patogênicos.

✦ **É ETAPA OBRIGATÓRIA EM QUALQUER ETA.**

FLUORETAÇÃO (quando aplicável)

- Adição de flúor.
- **Finalidade:** prevenção de cáries.

✦ **PEGADINHA**

Coagulação ≠ floculação

- **Coagulação** → desestabiliza partículas
- **Floculação** → aglomera partículas

→ clique aqui para conhecer o material completo

ANALISTA EM EDUCAÇÃO

memoriza.

DICA

EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART. 205 A 214

BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Constituição de 1988 conferiu à **educação** um lugar de **destaque**, reconhecendo seu papel como direito fundamental e dever compartilhado.

Esses artigos estabelecem **diretrizes, princípios, finalidades e responsabilidades da educação brasileira**.

ART. 205 – EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER

A educação é **direito de todos** – ou seja, um **direito universal e inalienável**, que independe de idade, condição social ou localização geográfica.

- Ao mesmo tempo, ela é **dever do Estado e da família**, o que impõe responsabilidade conjunta na formação integral dos cidadãos.

O **Estado** deve **garantir meios** para o **acesso** e **permanência** na escola;

A **família** deve **acompanhar** e **participar** do processo **educativo**;

O foco está na **formação** para a **cidadania** e **preparação** para o **trabalho**.



DICA DE OURO:

Este artigo está intimamente relacionado à **função social da escola**, que vai muito além da transmissão de conteúdos: ela forma sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade.

DICA

EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART. 205 A 214

BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL



ART. 208 – GARANTIAS EDUCACIONAIS DO ESTADO

Esse artigo detalha o mínimo que o Estado deve assegurar. Ele é cobrado com frequência por ser muito objetivo.

Obrigatoriedade:
dos **4 aos 17 anos**
(inclui a pré-
escola e todo o
ensino médio);



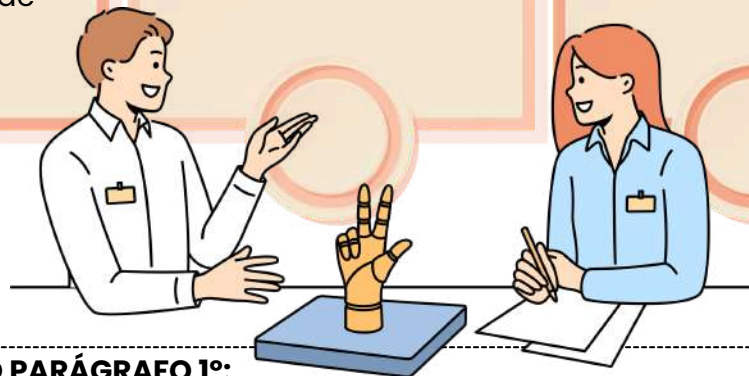
Creche (0 a 3 anos): é direito, mas não é obrigatório;

Pessoas com deficiência: têm direito a atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;

Educação de jovens e adultos (EJA): o Estado deve ofertar para quem não concluiu na idade adequada;

Ensino noturno: deve ser compatível com as necessidades do trabalhador;

Acesso, permanência e qualidade: são obrigações constitucionais.



⚠️ ATENÇÃO PARA O PARÁGRAFO 1º:

"O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo."

Ou seja: a pessoa pode acionar o Judiciário caso o Estado não cumpra esse direito.

DICA

EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART. 205 A 214

BASE LEGAL DA
EDUCAÇÃO NO BRASIL



ART. 214 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Esse artigo determina que a União elabore um plano decenal, com metas e estratégias claras para garantir:

1

Erradicação do analfabetismo;

2

Universalização da educação básica;

3

Formação continuada dos profissionais da educação;

4

Melhoria da qualidade do ensino;

5

Valorização do magistério (salário, carreira, condições de trabalho).

CONTEXTO IMPORTANTE:

A Lei nº 13.005/2014 instituiu o PNE 2014-2024, que trouxe 20 metas – esse plano serve como instrumento de monitoramento e cobrança das políticas públicas educacionais.

QUIZ

Analise as assertivas a seguir, à luz dos artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988, e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

I. A obrigatoriedade da educação básica no Brasil compreende a faixa etária dos 4 aos 17 anos, sendo um direito público subjetivo. Nessa condição, o não oferecimento da vaga pelo poder público pode ensejar responsabilização civil, penal e administrativa da autoridade competente.

II. A valorização dos profissionais da educação escolar pública, prevista como princípio do ensino, limita-se à oferta de formação inicial e continuada, não incluindo aspectos como piso salarial profissional nacional ou plano de carreira.

III. A Constituição Federal assegura, como dever do Estado, a oferta gratuita de educação infantil em creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos de idade, sendo a matrícula em creche de frequência obrigatória desde o nascimento até os 3 anos.

IV. Entre as diretrizes do Plano Nacional de Educação, constitucionalmente previstas, inclui-se a erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade do ensino, objetivos a serem perseguidos por meio de metas decenais.

- a) F – F – V – V b) V – F – F – V c) V – V – F – F d) F – V – V – F e) V – F – V – F

A assertiva II está **incorreta** porque a valorização dos profissionais da educação, conforme o art. 206, inclui não apenas formação inicial e continuada, mas também **plano de carreira, ingresso por concurso público e piso salarial profissional nacional**.

A assertiva III também está **incorreta**, uma vez que, embora a educação infantil em creches e pré-escolas seja garantida como dever do Estado, sua frequência só se torna obrigatória a partir dos **4 anos de idade, e não desde o nascimento**.

DICA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB - LEI Nº 9.394/1996)



TÍTULO I - DA EDUCAÇÃO (ART. 1º DA LDB)

O QUE É EDUCAÇÃO, SEGUNDO A LDB?

A educação não acontece só na escola! Isso é o que o artigo 1º quer deixar bem claro.

Ela ocorre:

👨👩👧👦 **Na família** – quando os pais ensinam valores, regras, comportamento.

👨👩👧👦 **Na convivência social** – nas amizades, em grupos, no dia a dia.

💼 **No trabalho** – com experiências, aprendizados práticos.

🏫 **Nas escolas e instituições de ensino e pesquisa** – com conteúdos formais, currículo, professores.

🙌 **Nos movimentos sociais e nas ONGs** – em ações coletivas que ensinam cidadania e direitos.

🎨 **Nas manifestações culturais** – como música, arte, festas populares, tradições.

OU SEJA, EDUCAÇÃO É MUITO MAIS DO QUE IR PARA A ESCOLA! ELA É UM PROCESSO CONTÍNUO E AMPLO QUE ACONTECE AO LONGO DA VIDA E EM DIVERSOS AMBIENTES.

MAS O QUE A LDB REGULA, ENTÃO?

➡ § 1º – A LDB foca na **educação escolar**

Ela não regulamenta tudo, mas organiza e define regras para a educação escolar, aquela que é feita principalmente em **instituições de ensino** (escolas, faculdades, etc.), com currículo, professores, disciplinas e avaliações.

➡ § 2º – **EDUCAÇÃO ESCOLAR CONECTADA COM O MUNDO REAL!**

A escola **não pode ser desconectada da vida!**

- A educação deve estar ligada ao mundo do trabalho (formar para profissões, estimular habilidades práticas)
- E também à prática social (preparar para viver em sociedade, com responsabilidade, ética e participação).



DICA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB - LEI Nº 9.394/1996)



O QUE AS ESCOLAS DEVEM FAZER, POR LEI?

I – ELABORAR E EXECUTAR A PROPOSTA PEDAGÓGICA

➔ A escola não apenas recebe currículo pronto: ela precisa criar seu projeto pedagógico, respeitando diretrizes do sistema de ensino, e colocá-lo em prática.

📌 ISSO CAI BASTANTE EM PROVA COMO: “A QUEM COMPETE ELABORAR A PROPOSTA PEDAGÓGICA?” → À ESCOLA!

II – ADMINISTRAR PESSOAL, RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

➔ Cada escola deve gerir seus funcionários, materiais e verba.

III – GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS DIAS LETIVOS E HORAS-AULA

➔ A escola deve assegurar que o calendário escolar seja seguido à risca!

🕒 EM REGRA: MÍNIMO DE 200 DIAS LETIVOS E 800 HORAS NO ANO.

200 dias

IV – CUIDAR DO PLANO DE TRABALHO DE CADA DOCENTE

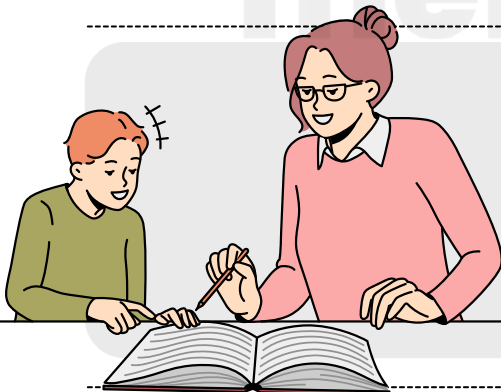
➔ O plano de aula do professor precisa ser acompanhado pela direção da escola.

V – AJUDAR OS ALUNOS COM DIFICULDADES

➔ É dever da escola oferecer meios de recuperação para os alunos com baixo rendimento.

VI – INTEGRAR ESCOLA, FAMÍLIAS E COMUNIDADE

➔ A escola deve criar laços com os responsáveis e a comunidade, favorecendo a participação social.



VII – INFORMAR PAI E MÃE (JUNTOS OU SEPARADOS)

📌 Sobre:

Frequência dos alunos



Rendimento escolar



Proposta pedagógica da escola



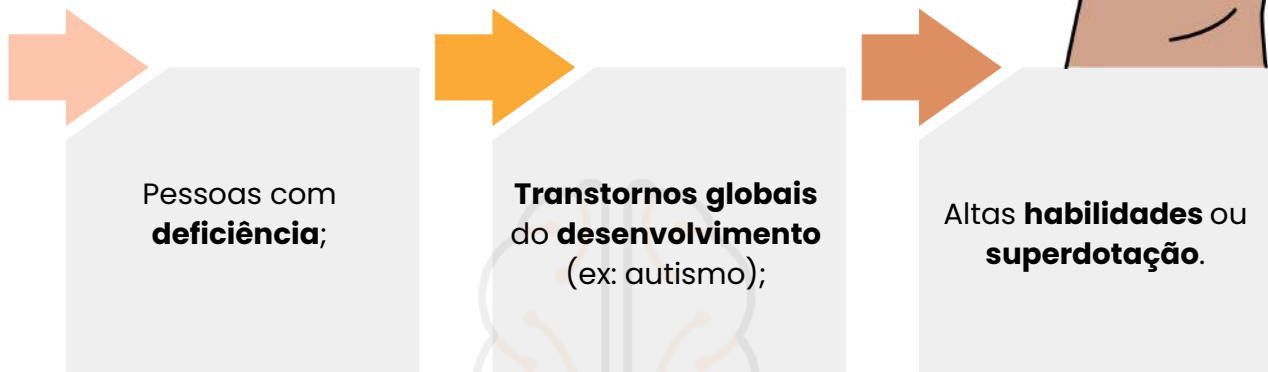
DICA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB - LEI Nº 9.394/1996)

EDUCAÇÃO ESPECIAL



A educação especial é modalidade de educação escolar voltada a:



DEVE SER OFERECIDA PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO.

- Serviços de **apoio especializado**, dentro da escola regular, serão garantidos **quando necessário**.
- Se a inclusão **não for possível**, o atendimento pode ser feito em **classes, escolas ou serviços especializados**.
- Começa na **educação infantil e segue ao longo da vida**.

🎯 **DICA DE PROVA:** LEMBRE-SE DA **PREFERÊNCIA PELA INCLUSÃO**, MAS A ESPECIFICIDADE DO ALUNO PODE JUSTIFICAR UM ATENDIMENTO SEPARADO.

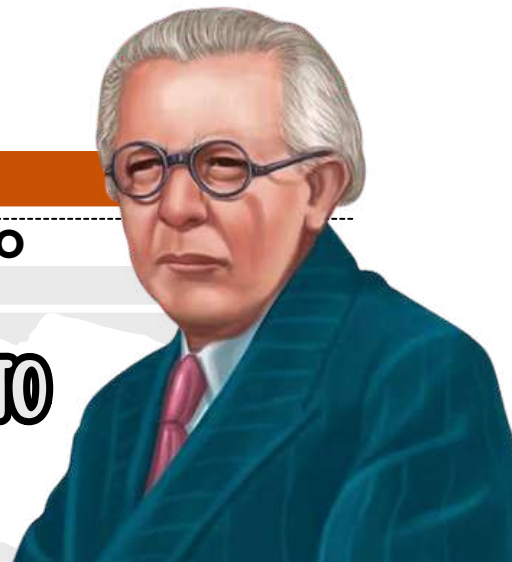


Os sistemas de ensino devem garantir:

- I. Currículos e recursos específicos às **necessidades dos educandos**.
- II. **Terminalidade específica** (para quem não atingir o nível esperado) e aceleração (para superdotados).
- III. Professores **especializados e capacitados** para inclusão.
- IV. Educação para o **trabalho**, inclusive para aqueles que:
 - Não podem atuar em trabalho competitivo;
 - Têm habilidade superior (artística, intelectual etc.).
- V. **Igualdade** no acesso a programas sociais (merenda, transporte, etc.).

🎯 **DICA DE PROVA:** A EXPRESSÃO TERMINALIDADE ESPECÍFICA COSTUMA APARECER COMO PEGADINHA — SÓ SE APLICA A **QUEM NÃO PUDER ATINGIR O NÍVEL MÍNIMO EXIGIDO POR CAUSA DA DEFICIÊNCIA**.

TEORIAS DO CONHECIMENTO
(EPISTEMOLOGIA)



A forma como se entende o conhecimento influencia diretamente a prática educativa. Veja as principais:

EMPIRISMO:

O conhecimento vem da **experiência sensorial**. Aprendemos pela **observação** e **repetição**.

→ Associado ao **ensino tradicional** e às metodologias baseadas em **treino** e **memorização**.

RACIONALISMO:

O conhecimento é construído pela **razão**. A mente tem **ideias inatas** e é capaz de **produzir conhecimento por dedução lógica**.

→ Influencia propostas que valorizam o **raciocínio** e o **pensamento abstrato**.

CONSTRUTIVISMO:

O conhecimento é construído ativamente pelo **sujeito**, em **interação com o meio**.

→ Base das propostas de **Jean Piaget** e **Lev Vygotsky**, muito cobrados em provas de pedagogia e psicologia da educação.

CRITICISMO:

Proposto por Kant, une **empirismo** e **racionalismo**. O sujeito conhece por meio da **experiência**, organizada pela razão.

→ Influência importante para a ideia de **sujeito ativo** e **consciente** no processo educativo.

QUIZ

Em relação à teoria do conhecimento desenvolvida por Piaget, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(_) Explica como se avança de um conhecimento menos elaborado para um conhecimento mais elaborado, ressaltando que o conhecimento é resultado da interação do sujeito com o meio externo, que é um processo no qual o sujeito participa ativamente, modificando o meio no qual está inserido e sendo, também, modificado por esse mesmo meio.

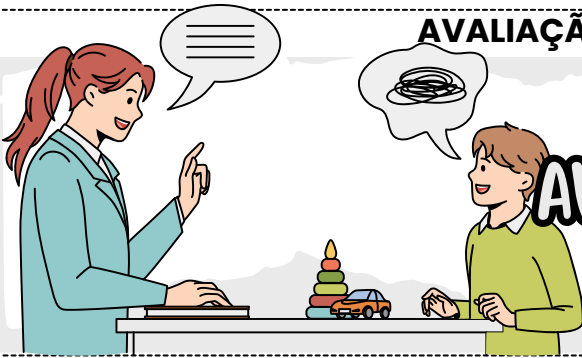
(_) Ressalta que o conhecimento está fora do sujeito e é interiorizado através dos sentidos, ativado pela ação física e perceptual.

(_) Enfatiza que o sujeito é concebido como uma tábula rasa, sendo preenchido pelas experiências que tem com o mundo. Sendo assim, o aprendiz é alguém que vai juntando informações.

- A) C - C - E.
- B) E - C - C.
- C) C - E - E.
- D) E - C - E.

DICA

AValiação EDUCACIONAL



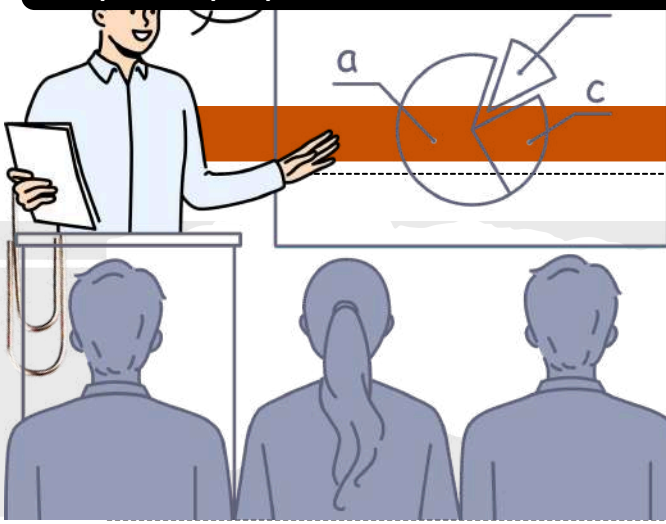
AValiação EDUCACIONAL

O que é avaliação educacional?

É um **instrumento pedagógico** essencial que permite acompanhar o desenvolvimento do aluno, identificar dificuldades, reorientar práticas docentes e promover uma aprendizagem mais significativa.

Principais tipos de avaliação:





DICA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

➔ O **Projeto Político-Pedagógico** é o documento que expressa a identidade da escola, ou seja, quem ela é, o que pretende formar, como pretende ensinar e por quê.

Político: porque reflete um compromisso com a formação cidadã e com a transformação da realidade social.

Pedagógico: porque organiza o processo de ensino-aprendizagem com base em concepções pedagógicas.

Coletivo: é construído por toda a comunidade escolar – professores, direção, alunos, pais e funcionários.

Por que o PPP é importante?

- ✓ Garante **coerência** entre o que a escola diz (teoria) e o que faz (prática).
- ✓ Define **valores, objetivos e metas claras**, alinhadas ao contexto social e às diretrizes educacionais.
- ✓ Fortalece a **identidade institucional** e a **autonomia da escola**.
- ✓ Estimula a **participação democrática** e o **senso de pertencimento da comunidade**.
- ✓ Direciona as **ações pedagógicas, administrativas e avaliativas**.

🎯 Dicas de prova:

Atenção: documentos que se confundem com o PPP (mas não são!)

- O **PPP define o projeto educacional** da escola **como um todo** – sua missão, visão, valores e estratégias.
- O **Regimento Escolar** organiza as normas de funcionamento, direitos e deveres da comunidade escolar.
- O **Plano de Ensino** é o planejamento do professor para um componente curricular específico ao longo do ano.
- O **Plano de Aula** é o roteiro de uma aula específica, com objetivos, conteúdos e metodologias.

DICA

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE

PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO - PNE



A cada **2 anos**, o INEP deve publicar estudos para **medir o cumprimento das metas**, com dados por ente federado.

✿ Art. 13 – Criação do Sistema Nacional de Educação (SNE)

Em até **2 anos após o PNE**, o governo deve propor, por lei, o SNE, para organizar a colaboração entre os entes e dar suporte à execução do plano.

Avaliação da Educação Básica

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) será usado para orientar políticas públicas.

Indicadores produzidos **no máximo a cada 2 anos**, com base em provas e dados do censo escolar;

IDEB será um dos **índices**, mas os dados devem ser também **divulgados separadamente**;

Resultados serão **organizados** por **escola, rede, estado e país**;

O INEP é responsável por esses indicadores.

ART. 7º – REGIME DE COLABORAÇÃO

União, estados, DF e municípios devem atuar juntos para cumprir o PNE.

- **§ 1º:** Os gestores têm responsabilidade direta no cumprimento das metas.
- **§ 2º:** Estratégias podem ser complementadas por ações locais.
- **§ 3º:** Os sistemas de ensino devem acompanhar localmente as metas.
- **§ 4º:** Garantia de respeito a especificidades étnico-educacionais com consulta prévia às comunidades.
- **§ 5º ao § 7º:** Criação de instâncias permanentes de cooperação e pactuação entre os entes, inclusive por arranjos de desenvolvimento da educação (ADEs).

✿ **Muito cobrado:** a ideia de regime de colaboração aparece sempre! Memorize como palavra-chave e relacione com respeito às **diversidades** e com a **efetivação** local do PNE.

DICA

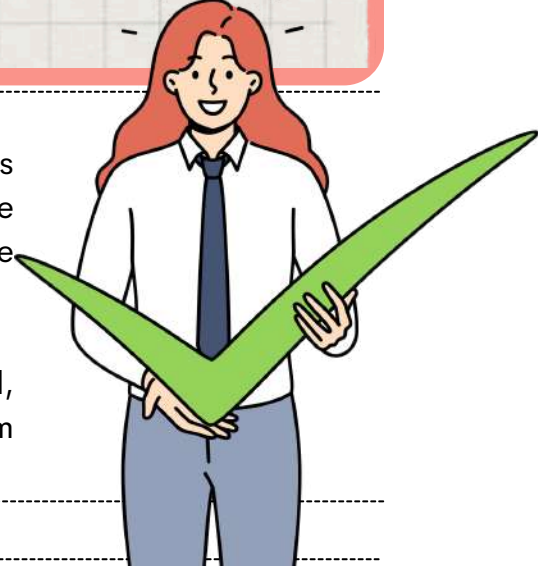
PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

O QUE É O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)?

O Que é o Estatuto da Criança e do Adolescente?

O ECA foi criado com o propósito de **garantir** e **proteger** os **direitos** das **crianças e adolescentes** no Brasil. Ele reconhece crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos, ou seja, têm direitos iguais a qualquer outro cidadão.

O ECA visa assegurar seu **desenvolvimento integral**, cuidando não só da sua proteção física, mas também emocional, educacional e cultural.



Princípio da **Prioridade Absoluta** (Art. 4º do ECA)

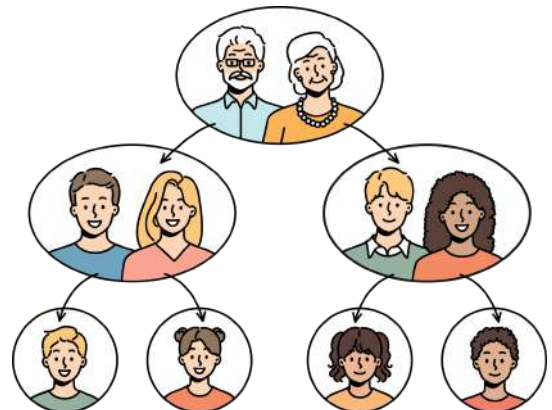
O que é isso?

O Princípio da **Prioridade Absoluta** é um conceito fundamental no ECA. Ele afirma que os direitos das crianças e adolescentes devem ser atendidos com **prioridade** em relação a outros direitos. Em outras palavras, quando houver recursos limitados ou decisões a tomar, o bem-estar da criança e do adolescente sempre terá prioridade! 🤔😊

EXEMPLOS DE PRIORIDADE:



FAMÍLIA:
Deve garantir a **educação** e **proteção** da criança.



ESTADO:
Deve criar **políticas públicas** e **investir recursos** para atender as necessidades dessa faixa etária.

Esse princípio reforça que a **criança** e o **adolescente** são **prioridade absoluta** na vida da família, do estado e da sociedade!



DICA

CRIMES DO ECA E COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

CRIMES DO ECA

Competências e Responsabilidades III

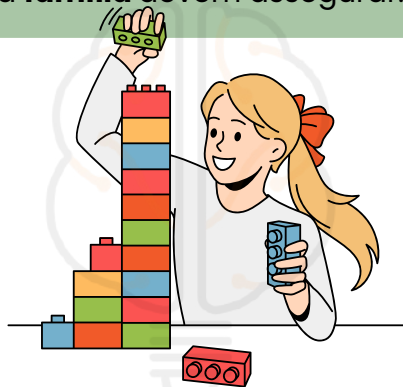
O ECA define que a **proteção dos direitos das crianças e adolescentes** é um **dever coletivo**, ou seja, envolve **família, sociedade e Estado**. A família tem um papel primário, mas as responsabilidades são compartilhadas.

O ART. 4º DO ECA DIZ:

- A **prioridade absoluta** dos **direitos da criança** e do **adolescente** deve ser garantida.
- O **Estado**, a **sociedade** e a **família** devem assegurar:



O DIREITO À **SAÚDE**, À **EDUCAÇÃO**, AO **LAZER**, À **CULTURA** E À **CONVIVÊNCIA FAMILIAR**.



GARANTIR A **SOBREVIVÊNCIA** E O **DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL** DE CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE.



A **PROTEÇÃO** CONTRA TODA **FORMA DE VIOLÊNCIA** E **EXPLORAÇÃO**.

Atuação do Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário na Garantia de Direitos 🗣️👩⚖️👨⚖️

- Esses órgãos têm papel fundamental na proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.



- **Ministério Público (art. 129, CF):** Atuam em defesa dos direitos da criança, podendo intervir judicialmente e denunciar qualquer violação de direitos.
- **Defensoria Pública (art. 134, CF):** Garantem o direito de defesa de crianças e adolescentes em situações de ameaça aos seus direitos.
- **Judiciário:** O Judiciário é responsável por decidir sobre casos que envolvem abusos, violência e violações dos direitos da criança, aplicando as medidas protetivas.



DICA

SUPERVISÃO, ORIENTAÇÃO E INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS

DIAGNÓSTICO ESCOLAR E DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES



O QUE PRECISAMOS SABER?

O diagnóstico escolar é a etapa que permite compreender a realidade da escola antes da tomada de decisões. A banca costuma cobrar esse tema como base do planejamento educacional, pois nenhuma ação institucional deve ser definida sem análise prévia de dados, necessidades, recursos, dificuldades e resultados.

O **DIAGNÓSTICO ESCOLAR** tem como objetivo **compreender a realidade da instituição** de forma estruturada e fundamentada. Ele possibilita **identificar dificuldades de aprendizagem, necessidades administrativas e demandas pedagógicas**, além de avaliar as condições gerais de funcionamento. Esse processo fornece uma visão clara da situação da escola, servindo como base para decisões mais assertivas.



A **COLETA DE INFORMAÇÕES** consiste no **levantamento de dados relevantes** sobre o cotidiano escolar, como frequência, desempenho dos alunos, avaliações e participação da comunidade. Também **inclui aspectos estruturais, como recursos disponíveis** e espaços pedagógicos. Esses dados permitem construir uma visão concreta e objetiva da escola.

A **ANÁLISE DOS PROBLEMAS** ocorre após a coleta de dados e envolve a interpretação das informações obtidas. Nessa etapa, são **identificados os principais desafios que impactam o processo educativo**, considerando sua gravidade e frequência. Esse momento transforma dados brutos em **informações úteis para a tomada de decisão**.



A **DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES** consiste em selecionar os **problemas mais relevantes para intervenção**, com base em critérios como urgência, impacto pedagógico e viabilidade de solução. Esse processo **evita dispersão de esforços e direciona as ações** para questões que realmente comprometem a qualidade do ensino. Assim, a gestão se torna mais eficiente e estratégica.

O diagnóstico está diretamente ligado ao planejamento, pois orienta a definição de metas, estratégias e ações a serem implementadas. Um diagnóstico bem elaborado garante que o planejamento seja realista, coerente e alinhado às necessidades da escola.

DICA

SUPERVISÃO, ORIENTAÇÃO E INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS

NEURODESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO



O QUE PRECISAMOS SABER?

Os transtornos do neurodesenvolvimento podem impactar aprendizagem, comunicação, atenção, comportamento, interação social e organização escolar, exigindo da escola uma atuação inclusiva, acolhedora e articulada. A banca costuma cobrar esse tema pela relação entre saúde mental, inclusão, problemas de aprendizagem, diagnóstico diferencial, estratégias pedagógicas e rede de apoio.

Os **TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO** envolvem **condições que impactam o desenvolvimento de habilidades essenciais**, como comunicação, atenção, aprendizagem e interação social. Essas características podem influenciar o desempenho escolar e a participação do estudante. A **abordagem educacional deve considerar essas especificidades, promovendo apoio sem rotulações ou estigmatização.**

A análise das dificuldades apresentadas pelo estudante deve considerar múltiplos fatores, evitando conclusões precipitadas. **Aspectos pedagógicos, emocionais, sociais e familiares podem influenciar o comportamento** e a aprendizagem. A avaliação cuidadosa permite **identificar melhor as necessidades e orientar intervenções** mais adequadas.



A **INCLUSÃO ESCOLAR** envolve garantir que todos os estudantes tenham **acesso efetivo às oportunidades de aprendizagem e participação**. Isso requer adaptações e práticas que respeitem as diferenças individuais. O objetivo é **promover equidade no ambiente educacional, assegurando o desenvolvimento de cada aluno.**

As estratégias inclusivas buscam **adaptar o ensino às necessidades dos estudantes**, utilizando recursos variados e flexibilização das práticas pedagógicas. O **planejamento deve ser colaborativo e considerar o ritmo e as características de cada aluno**. O acompanhamento contínuo permite ajustar as ações conforme necessário.



O acompanhamento do estudante é fortalecido quando há **integração entre escola, família e serviços de apoio**. Essa articulação possibilita um cuidado mais completo e coerente com as necessidades identificadas. A atuação conjunta **contribui para melhores resultados e continuidade no processo educativo.**

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso do **MP/GO!**


Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)



Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que você vê quando tira os olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)